



Comissão de População e Desenvolvimento do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas

45ª Sessão da Comissão sobre População e Desenvolvimento –
realizada de 23 a 27 de abril de 2012 com o tema:
Juventude e Adolescência.

A 45ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento das Nações Unidas-CPD, realizada de 23 a 27 de abril de 2012, teve como tema: **Adolescentes e Jovens**. O governo brasileiro participou com uma delegação composta pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, além da representação do Ministério das Relações Exteriores e a Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

A sessão analisou o relatório geral sobre a situação dos jovens e adolescentes no mundo e discutiu a aprovação de uma resolução final com recomendações sobre as condições e as políticas para a juventude. O documento aborda as questões de acesso à educação, dá ênfase ao direito ao trabalho e condições econômicas para o desenvolvimento da juventude, bem como a importância de garantir condições de sua participação na elaboração das políticas públicas. Os temas mais polêmicos, no entanto, se concentraram na questão da sexualidade e saúde reprodutiva.

A despeito dos fortes debates durante todo o processo de elaboração da resolução, o documento final registra a importância da saúde sexual e direitos reprodutivos de adolescentes e jovens. Um dos temas com grande divergência entre os países é a importância da educação sexual para os jovens, para além do âmbito da família, sendo que os países mais progressistas se posicionavam pela importância da educação sexual ser parte do ambiente escolar. Não houve acordo para que as questões relacionadas à orientação sexual fossem tratadas no documento.

Um ponto que chamou atenção durante esta 45ª. Sessão da CPD foi a incorporação nos discursos de muitos países do tema dos direitos sexuais e reprodutivos, e não só da saúde sexual e reprodutiva, bem como a preocupação com os direitos de lésbicas, homossexuais, transexuais e transgêneros. O que não se refletiu, efetivamente, na declaração final, uma vez que praticamente não se avançou além do que já constituía acordo de conferências anteriores. Fica evidente que, mesmo o direito à informação e de acesso à anticoncepção, também presente em diversos pronunciamentos, encontra barreiras importantes nas tradições e relações sociais de cada país, informadas por restrições ao direito de jovens e adolescentes ao exercício da sexualidade, além da precariedade dos serviços de saúde pública em grande parte do mundo.

Apesar da inexistência de definição universal do conceito de juventude, o relatório apresentado à Comissão considerou os jovens de 12 a 24 anos, faixa etária que representa, atualmente, 1.6 bilhões de pessoas em todo o mundo. Nas discussões da resolução, este é um tema de divergência: a definição mais precisa da faixa etária sobre a qual devem incidir as orientações. As tendências demográficas indicam que, nas próximas décadas, a quantidade total de jovens no mundo declinará levemente, ou não apresentará mudanças significativas. Na África, no entanto, a proporção de jovens tende a crescer, passando de 18%, em 2012, a

28% em 2040. O relatório apresentado indica que, nas últimas duas décadas, a situação da juventude registrou avanços em várias regiões do mundo, no que se refere à educação, à entrada no mercado de trabalho e ao planejamento familiar, mantendo-se, no entanto, desigualdades significativas e persistentes entre os jovens. Adolescentes e jovens em situação de pobreza enfrentam grandes desvantagens, sendo mais provável que tenham menos anos de escolaridade, ingressem mais cedo e com baixa qualificação no mercado de trabalho, casem-se mais cedo e tenham filhos sem planejamento.

A participação do Brasil foi bastante intensa e colaborou, de forma decisiva, para a aprovação de uma resolução que não retrocedesse em relação aos temas das conferências anteriores. Em um ambiente em que havia participação intensa de países com posturas conservadoras em relação aos direitos das mulheres, aos direitos da juventude, e profundamente refratários a uma maior liberdade e autonomia das pessoas no que diz respeito ao exercício de sua sexualidade, a atuação conjunta com os países do Mercosul, envolvendo outros países da América Latina, contribuiu para uma posição menos conservadora no documento final.

Nas intervenções em plenário, o discurso da Embaixadora Maria Luíza Viotti, representando o Brasil, elogiou a pertinência do tema principal das discussões centrado na adolescência e juventude: “Neste momento em que o mundo ainda enfrenta os efeitos negativos da crise econômica e financeira, há uma necessidade evidente de investir no desenvolvimento social e econômico, de melhorar/promover a igualdade social, e as condições para que as novas gerações tenham acesso ao emprego e oportunidades de trabalho decente para todos”.

Destacando a adolescência como o período em que “os indivíduos iniciam sua vida sexual e reprodutiva e precisam ter seus direitos sexuais e reprodutivos protegidos e promovidos”, ressaltou a importância de que isso que se combine com a promoção da igualdade de gênero e a existência de políticas públicas e serviços que, efetivamente, possibilitem aos jovens lidar de forma positiva e responsável com sua sexualidade. Enfatizando a importância de uma política universal como o SUS, a embaixadora destacou o acesso aos métodos contraceptivos, à contracepção de emergência, a capacitação dos profissionais de saúde, a prevenção e o atendimento à violência doméstica e sexual, o atendimento na rede de saúde ao aborto nos casos previstos; e o incentivo à participação da juventude. O Brasil também destacou os programas governamentais voltados à juventude no âmbito da educação e do trabalho, como estratégias para possibilitar aos jovens melhores condições de trabalho e participação mais ativa na economia.

O texto final da resolução pode ser encontrado, no original em inglês, no site das Nações Unidas, no endereço abaixo. Uma tradução para o português, organizada pela SPM, deverá estar disponível nos próximos dias.

http://www.un.org/esa/population/cpd/cpd2012/Agenda%20item%208/Chairs%20Text%20_27_April-19h10.pdf

Compuseram a delegação oficial do Brasil: Embaixadora Maria Luíza Viotti, representante permanente da Missão Brasileira junto às Nações Unidas, Embaixadora Regina Dunlop, Ministro Sérgio Rodrigues dos Santos, Secretário Fábio Farias, Secretária Fernanda Mansur Tansini, do Ministério das Relações Exteriores; Tatau Godinho, Sônia Malheiros Miguel e Elizabeth Saar, da Secretaria de Políticas para as Mulheres-SPM/PR; Juliana Rezende Melo da Silva e Liliâne Brum Ribeiro, do Ministério da Saúde; Raquel de Carvalho Oliveira, do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE; Rodrigo Josino Amaral, da Secretaria Nacional de Juventude-SNJ; além da Professora Lia Zanota Machado (UnB) e de Juliana Cesar (ONG GESTOS).